

ACTA DA OITAVA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)

--- Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados, sendo esta uma **Sessão Extraordinária** e tendo como ponto único da Ordem do Dia o “**Processo Águas do Ribatejo – apreciação e esclarecimentos**”.-----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21 horas, tendo a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: José Manuel Bento Sampaio (Vice-Presidente da Mesa), Manuel Correia Nunes (Vice-Presidente da Mesa), Carlos Alberto Salvador Pernes, Armindo Castelo Bento, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, José Luís Marques Cabrita, Victor Manuel Marques Damião, António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, José Joaquim de Jesus Braz, António Pratas Cardoso, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Manuel Santos Coelho, Luísa Pinheiro Portugal, Isabel Maria Pinto de Almeida, Célia Maria Azevedo Reis, Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Carlos Manuel Luís Catalão, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Jaime Manuel Teodoro Santos, Carlos Manuel Russo Mota, João Pedro Antunes Osório, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto, José Francisco Dias Nunes, Rui Augusto Nabais, Rogério Mendes Coito, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, João Miguel Gonçalves Lopes, Carlos José Pratas da Silva e Júlio do Carmo Cabecinha Rosado.-----

--- Faltaram à reunião os seguintes membros: António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, António Maria de Almeida Calado Maia e Luís Manuel Leandro da Silva.-----

--- Os deputados António José Rodrigues e Luís Manuel Leandro da Silva apresentaram a respectiva justificação de falta. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

Período «Antes da Ordem do Dia»-----

Período da «Ordem do Dia»:-----

Ponto Único - Processo Águas do Ribatejo – apreciação e esclarecimentos.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, deu início à sessão da Assembleia, agradecendo a presença dos membros da Junta da CULT, Administrador Executivo e deputados da Assembleia. Informou que a sessão extraordinária da Assembleia da CULT surgiu na sequência de um conjunto de questões que foram levantadas de início na opinião pública, veiculadas por elementos ligados à Junta e à Assembleia da CULT, e posteriormente enviadas à Presidente da Assembleia da CULT, relacionadas com o processo Águas do Ribatejo. A senhora Presidente explicou que após ter recebido os documentos sobre o processo despachou-os no sentido de pedir esclarecimentos ao senhor Presidente da Junta da CULT e à medida que foram chegando esses esclarecimentos foram sendo distribuídos pelos senhores Vice-Presidentes da Assembleia e pelos representantes das forças políticas com assento na mesma. Frisou que considera legítima a pluralidade das opiniões, mas entende que a discussão deve ser promovida no seio da Assembleia, de forma séria e em sede própria. Por isso mesmo a senhora Presidente decidiu, na sequência dos pedidos de esclarecimento que efectuou ao senhor Presidente da Junta da CULT, reunir a documentação que lhe foi enviada, distribui-la e partilhar algumas preocupações com o senhor Presidente da Junta e com os Vice-Presidentes da Assembleia. Decidiu também, em conjunto com os meus colegas, agendar para uma sessão extraordinária da Assembleia da CULT, com

um ponto único sobre o processo Águas do Ribatejo. O objectivo será fazer desta sessão uma sessão informativa, que permita a todos os elementos da CULT serem informados acerca de todas as dúvidas que possam ter sobre este processo. A senhora Presidente da Assembleia da CULT afirmou estar certa de que tanto da parte dos deputados intermunicipais como da parte da Junta da CULT haveria toda a disponibilidade para colocar questões e responder a essas mesmas questões. Antes de dar seguimento aos trabalhos e dar a palavra ao senhor Presidente da Junta da CULT, e no cumprimento do Regimento, a senhora Presidente da Assembleia da CULT colocou à apreciação e votação a Acta da sessão anterior.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Rui Nabais (PS)**, dizendo que enviou uma carta, cerca de uma semana antes da última Assembleia, a justificar a ausência e tal não foi referido na Acta essa justificação.-----

--- Usou da palavra a senhora **deputada Luísa Pato (PSD)**, dizendo que na página 208, quando usa da palavra, deveria ficar acrescentado o seguinte, no final do primeiro parágrafo: “tendo na sua opinião os elementos da Junta ultrapassado as suas competências”. Na página 210, na intervenção do senhor Presidente da Junta da CULT, trata-se de uma intervenção onde falta algo para que faça sentido a intervenção seguinte, da senhora deputada Luísa Pato. Faltaria mencionar uma factura, no fim: “até porque ao momento não tinha nenhuma factura para pagar”. Isto porque, seguidamente, na intervenção da senhora deputada, diz o seguinte: “se o senhor Presidente não tem junto factura para pagar, devia ter”. Portanto, a factura veio a propósito da intervenção do senhor Presidente da Junta. A senhora deputada mencionou ainda a página 214, dizendo que estaria aí uma palavra que não terá usado ou que, se a disse, não era naquele sentido: “não ficou esclarecido qual era o paradeiro de uma verba de 200 mil euros”. Considerou que não mencionou a palavra “paradeiro”, porque o que pretendia era que lhe fosse explicada a diferença. Propôs que se alterasse o termo “paradeiro” por “explicação do diferencial”.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado João Lopes (PSD)**, que pretendeu

fazer uma ligeira alteração numa intervenção sua na página 189. Está escrito “o senhor deputado referiu que lhe foi dada uma explicação pelo vereador Pedro Pisco dos Santos de que haveriam poucas empresas”. O senhor deputado propôs que se alterasse a frase para “vereador Pedro Pisco dos Santos de que haveriam poucas empresas, após explicação do executivo do PS”, para que o sentido da frase seja o mais correcto. O senhor deputado referiu também que deveriam ser publicadas na Acta as moções que são entregues à Mesa da Assembleia. Sugeriu também que os deputados que usam da palavra fossem identificados com o Partido a que pertencem. De igual forma propôs que se descriminasse nas votações quem é que votou a favor e contra.-----

--- Usou da palavra a senhora **deputada Vera Noronha (PS)**, solicitando que constasse na Acta que em devido tempo avisou que não poderia estar presente. Foi substituída e não consta esta substituição.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, propondo que a Acta fosse votada na Assembleia seguinte, uma vez que há alguns acrescentos àquilo que consta na Acta, sendo necessário ouvir e confirmar. Esta proposta foi aceite pelos membros da Assembleia. A senhora Presidente prosseguiu a sessão informando que deu entrada na CULT um ofício remetido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria com a sentença proferida no âmbito do processo Águas do Ribatejo, tendo sido distribuída aos senhores deputados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, que cumprimentou todos os deputados e prosseguiu efectuando uma pequena referência à empresa Águas do Ribatejo. A empresa Águas do Ribatejo, que foi decidido pela Junta ser constituída com base num estudo económico que foi discutido na Junta e por todos os Municípios. Para que a CULT pudesse lançar o concurso da escolha do parceiro privado houve algum compasso de espera provocado pelos encontros que a Junta da CULT teve com o executivo da Câmara de Santarém e que levou ao aperfeiçoamento do caderno de encargos e programa de concurso, que

posteriormente foi objecto do concurso internacional que entretanto a CULT lançou. Este concurso internacional para a escolha do parceiro privado sofreu também ele algumas vicissitudes pelo facto de sobretudo terem sido feitas algumas afirmações públicas que levaram a que a Junta da CULT sentisse necessidade de pedir pareceres jurídicos que melhor esclarecessem e aconselhassem nas decisões que viessem a ser tomadas em relação a esse concurso. A apreciação que a Junta da CULT fez do relatório de análise do concurso, efectuado por uma comissão de análise, mereceu por parte da CULT toda a confiança. Ainda assim, este relatório foi objecto de algumas afirmações públicas que levaram a que se criasse algum impasse em torno dos pareceres jurídicos que a Junta da CULT pediu e que julgou serem essenciais para que a Junta tomasse a decisão mais acertada. Apesar da Junta considerar que o relatório de análise merecia toda a confiança, e porque a Junta sabe que este concurso tem muitos interesses à sua volta, o resultado dessa apreciação acabou por ser objecto de uma providência cautelar que entrou no Tribunal Administrativo de Leiria. Também ela mereceu por parte da CULT todo o cuidado, tendo sido apreciada na última reunião da Junta. Foi também apreciado todo o contexto ligado à providência cautelar e às razões que estavam subjacentes a este processo e foi decidido por todos os Presidentes de todas as Câmaras que estavam presentes que, para constituir a empresa Águas do Ribatejo, devíamos ter o cuidado de esperar pelo julgamento da Providência Cautelar. Esse julgamento foi favorável à CULT, o que permite que o processo tenha o andamento normal. O senhor Presidente da Junta da CULT afirmou de seguida estar disponível para responder a todas as questões que suscitassem dúvidas.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado António Figueiredo (PSD)**, começando por cumprimentar todos os elementos presentes na Assembleia. Sobre as questões jurídicas que envolvem o processo das Águas do Ribatejo, disse não lhe parecer cordial pronunciar-se sobre as mesmas, pois em sede própria serão resolvidas. Sobre as diversas questões consideradas pelo senhor deputado de

índole política, sobre o processo das Águas do Ribatejo, entendeu como mais relevantes as seguintes: nomeação do Administrador Executivo da CULT. Com vista a sanar eventual irregularidade no exercício de funções por parte do Administrador Executivo parece-nos em nossa humilde opinião que a Junta deverá com brevidade propor a esta Assembleia a nomeação de um Administrador Executivo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, lembrando que a sessão extraordinária foi marcada com um ponto único, sendo ele o processo Águas do Ribatejo. Pediu a atenção do senhor deputado António Figueiredo para esse facto, uma vez que segundo o Regimento em vigor não há lugar a outros assuntos.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado António Figueiredo (PSD)**, considerando que são questões que estão interligadas. Prosseguiu, no entanto, com outras questões que considerou problemáticas em relação às Águas do Ribatejo, entre elas questão do Fundo de Coesão da Água. Quanto a esta questão, entende que a Junta deveria esclarecer a Assembleia da actual situação do processo de candidatura ao Fundo de Coesão e esclarecer também, na hipótese do mesmo não vir a ser aprovado, quais são as consequências na constituição da empresa Águas do Ribatejo. O senhor deputado solicitou de seguida à mesa da Assembleia para que no futuro as Actas das sessões da Junta da CULT serem entregues aos deputados da Assembleia da CULT, para que os mesmos tomem conhecimento do que foi discutido nessas sessões da Junta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que, em relação à questão que foi posta sobre o Fundo de Coesão da Água, era intenção da CULT que a candidatura da água fosse feita simultaneamente com a candidatura do saneamento. Eram aliás pressupostos da constituição da empresa Águas do Ribatejo. No entanto, o projecto das águas mereceu um parecer interno desfavorável, embora fosse em

tudo semelhante a outros apresentados anteriormente pelas Águas de Portugal aquando das negociações com a CULT para a criação de uma empresa intermunicipal. Esse parecer provocou no projecto das águas algum impasse, na medida em que a CULT procurou fazer valer os seus direitos de obter um parecer favorável àquele projecto. Entretanto as candidaturas formuladas por Portugal ao Fundo de Coesão ultrapassaram os limites que estavam à disposição. Portanto, a possibilidade do projecto das águas poder ser candidatado e merecer aprovação passou a ter da parte da CULT algumas reservas, na medida em que as condições se alteraram com a demora que o projecto das águas mereceu. Posta esta situação, e porque o projecto do saneamento era muito mais importante para os municípios, a CULT avançou com o projecto do saneamento para aprovar o Fundo de Coesão que ainda estava disponível. A CULT obteve assim a aprovação do projecto de saneamento e fez todas as diligências para a reformulação do projecto das águas, que está neste momento em apreciação em todos os Municípios. O senhor Presidente da Junta da CULT passou de seguida a outra questão, que tinha a ver com as consequências, se o projecto não for aprovado. O senhor Presidente afirmou primeiramente que não terá consequências na constituição da empresa, porque os juristas da CULT afirmaram que o facto de não ter sido aprovado o projecto das águas no Fundo de Coesão não era impeditivo para a constituição da empresa, se o consórcio entretanto seleccionado manifestasse disponibilidade para ser na mesma o parceiro para a constituição da empresa apenas com o saneamento e posteriormente com as águas, logo que fossem aprovadas no Fundo de Coesão. O parecer jurídico foi favorável e a completa disponibilidade do consórcio para a constituição da empresa foi manifestada à CULT por escrito. Neste momento estão reunidos os requisitos que permitem constituir a empresa.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Hélder Pombo (PSD)**, que fez em primeiro lugar uma referência à senhora Presidente da Assembleia da CULT, no âmbito da explicação que fez sobre a questão do senhor Administrador

Executivo não estar na ordem de trabalhos. Na opinião do senhor deputado, era pertinente ser discutida a situação do senhor Administrador Executivo. Como calculava que a situação não fosse discutida, o senhor deputado disse ter tomado a iniciativa de pedir a intervenção e análise da Procuradoria Geral da República, Inspecção Geral da Administração do Território, tendo dado ainda conhecimento da eventual situação irregular do senhor Administrador Executivo da CULT a mais algumas entidades. Voltou a lamentar que a situação não fosse discutida, mas disse ter a certeza que órgãos como a Procuradoria Geral da República vão certamente verificar se existem ou não irregularidades. Quanto à questão das Águas, disse estar um pouco estupefacto porque se a CULT fosse uma empresa privada alguém já teria sido demitido, já alguma cabeça tinha rolado. Até parece que todo o processo foi um sucesso e é exemplo de boa gestão. Até parece que o processo não se encontra parado desde 2004, sem ninguém perceber porquê. Até parece que o Fundo de Coesão da água foi aprovado. O senhor deputado questionou de seguida se a não aprovação do Fundo de Coesão da água terá sido mera negligência ou terá sido deliberado por alguém, com a intenção da empresa avançar sem os 18 milhões de euros. Afirmou que, como é óbvio não vai passar, mas mesmo que avance, quis saber onde é que se vão buscar estes 18 milhões de euros. Adiantou que só lhe ocorria o aumento brutal das tarifas, o que também não seria muito bom para todos os municípios. O senhor deputado solicitou que alguém lhe explicasse o que se passou e que os responsáveis pela situação em que está o processo fossem pelo menos responsabilizados.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, que antes de aceitar novas inscrições quis prestar um esclarecimento. Afirmou que teve oportunidade de referir anteriormente que solicitou ao senhor Presidente da Junta da CULT uma série de informações que foi partilhando com os colegas vice-presidentes da Assembleia da CULT. Partilhou também com eles a pertinência de marcar esta sessão extraordinária e qual seria a ordem de

trabalhos. Concluiu-se que teria um ponto único – processo Águas do Ribatejo. Portanto, independentemente de terem o direito de serem esclarecidos sobre outros assuntos onde tenham dúvidas, os senhores deputados devem respeitar a ordem de trabalhos e o Regimento. Lembrando as palavras do senhor deputado Helder Pombo, que disse lamentar que a situação do senhor Administrador Executivo não fosse discutida, a senhora Presidente da Assembleia da CULT afirmou que era óbvio que este assunto não iria ser discutido porque foi acordado pela Presidente e Vice-Presidentes da Assembleia que esta sessão teria apenas um ponto único. Solicitou de seguida ao senhor Presidente da Junta da CULT que esclarecesse as questões levantadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que a Junta pode esclarecer a sua posição, considerando no entanto que o assunto teria novamente a ver com a situação do senhor Administrador Executivo e a afirmação vaga de que noutra situação cabeças já tinham rolado. O senhor Presidente da Junta da CULT afirmou que não há razões para que cabeças rolem, porque quem tem trabalhado com a CULT tem da parte da Junta toda a confiança e por isso mantém-se a trabalhar com a CULT. O senhor Presidente da Junta da CULT solicitou de seguida que fossem apresentadas razões para que alguma cabeça rolasse, para que, perante essas razões, a Junta da CULT tomasse alguma decisão, uma vez que no actual momento não tinha quaisquer razões para tal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão (CDU)**, mencionando a alegada negligência relacionada com a não aprovação do projecto das águas, referência feita pelo senhor deputado Helder Pombo. O senhor Vice-Presidente da Junta da CULT considerou que o senhor deputado deveria ter maior rigor nas palavras que utiliza. Na opinião do senhor Vice-Presidente, a questão poderia ser feita de forma mais cautelosa, uma vez que a palavra negligência tem um significado. De facto, a apresentação das candidaturas foi feita em simultâneo quer para as águas quer

para o saneamento. A apreciação técnica dessas candidaturas permitiu que a do saneamento fosse de imediato viabilizada e a das águas levantasse alguns problemas técnicos, que o senhor Vice-Presidente passou a explicar. Primeiro, os técnicos que apreciaram as candidaturas queriam que houvesse uma maior interligação nas redes de águas, isto é, com a diminuição do número de captações que servem as redes de abastecimento dos municípios. O senhor Vice-Presidente lembrou entretanto que o Projecto que a CULT apresentou teve por base o projecto apresentado curiosamente pelas Águas de Portugal, com duas excepções. A CULT não previa a ligação da rede de Santarém à EPAL e do Cartaxo à EPAL. Curiosamente, Santarém já tem hoje uma ligação à EPAL e o Cartaxo também. Em tudo o mais, o projecto respeitava o fundamental daquilo que foi apresentado à CULT pelas Águas de Portugal. O senhor Vice-Presidente questionou de seguida como é que podem ter existido dois critérios de apreciação. O senhor Vice-Presidente disse não ter dúvidas de que se o projecto tivesse sido apresentado pelas Águas de Portugal na candidatura ao Fundo de Coesão teria tido aprovação imediata. Só porque foi apresentado por um sistema que fugiu à regra com a criação de uma empresa de capitais maioritariamente públicos, não veio a merecer essa aprovação, tendo sido solicitado à CULT que reformulasse o projecto, uma vez que não havia forma de resolver o problema. Entretanto, no Governo do senhor Ministro Luís Nobre Guedes, todas as candidaturas que foram apresentadas a partir de uma determinada altura entraram em overbooking, ou seja, estava esgotada a quota nacional para acesso ao Fundo de Coesão e a viabilidade da CULT poder ver aprovado o projecto só poderia acontecer em casos muito excepcionais, que não vieram a acontecer. As verbas não chegaram para todos. Portanto, de acordo com o senhor Vice-Presidente, é simples explicar esta dita negligência. Não valerá a pena ter um projecto em overbooking, se não há nenhuma possibilidade do mesmo ser aprovado por Bruxelas, porque estão esgotadas as verbas. Segundo o senhor Vice-Presidente, a verdade é para ser dita com clareza e com transparência e não para ser mistificada. Quem a mistifica

procura enganar alguém. O senhor Vice-Presidente adiantou que a direcção da CULT não tem razão para enganar os seus deputados e muito menos quem lê algumas notícias de jornal, onde por vezes alguém pretende escudar-se desta situação e transmitir a ideia de que a empresa Águas do Ribatejo não tem viabilidade porque não tem aprovado o Fundo de Coesão para as águas. Se não tem hoje, o senhor Vice-Presidente disse ter seguramente a certeza de que o terá no futuro. O senhor Vice-Presidente lembrou o PEAASAR II que aí vem e que advoga o princípio da integração da Alta e da Baixa e dos sistemas multi-municipais em Alta e Baixa. Portanto, a lógica da Alta e Baixa num único sistema está já actualmente proposta pelo Governo e, no fundo, o CULT até se antecipou a esta lógica. O senhor Vice-Presidente recordou que num total de 18 milhões de euros, os investimentos em Alta são apenas de 3,6 milhões de contos. Assim, estará mais preocupado com os investimentos em Baixa e com o facto das Câmaras terem ou não suporte financeiro para poderem acudir àquilo que terão de construir depois de serem feitos estes 3,6 milhões de contos. O senhor Vice-Presidente lembrou ainda as palavras do senhor deputado Hélder Pombo que alegou que as tarifas poderiam disparar para os munícipes. Tranquilizou o senhor deputado, assegurou que assim não é. Afirmou ainda que se porventura isso viesse a acontecer, dado que a empresa avançou com 6 milhões de euros, tendo a CULT que fazer a cobertura com a subscrição de mais capital para continuar a ter os 51% em espécie, os restantes 12 milhões de euros significariam num prazo de contrato de 40 anos um aumento de 1% nas tarifas. A legislação que aí vem e que obriga ao aumento das tarifas, tal como aconteceu agora com a electricidade, vai acontecer com as taxas e tarifas relativamente à água. E os municípios, a continuarem isolados, não terão outra alternativa que não seja submeterem as suas taxas e tarifas de uma forma fundamentada ao parecer da entidade reguladora. De acordo com o senhor Vice-Presidente, essa questão, sim, irá criar impactos sociais extremamente graves. Mas esta situação está de longe arredada porque a CULT tem a certeza, no País em que vivemos e com o enquadramento que se está a fazer

no futuro PEAASAR, que a candidatura das águas será seguramente das primeiras a ser aprovada.-----

--- Usou da palavra a senhora **deputada Vera Noronha (PS)**, dizendo que não podia deixar de ficar espantada ao ouvir na sessão alguns comentários estranhos. De acordo com a senhora deputada, a constituição da empresa Águas do Ribatejo é uma verdadeira pedrada no charco em termos nacionais. Portanto, todos deveriam estar satisfeitos por existir alguém neste País, neste caso uma Comunidade Urbana, que teve a coragem de ver mais longe e de pensar que podia chegar onde chegam os grandes, como as Águas de Portugal. Segundo a senhora deputada, foi uma atitude arrojada e, se calhar por isso mesmo, existiram alguns contratempos no percurso. A senhora deputada salientou também que tem sido muito interessante ver a constituição das empresas no sector das águas, especialmente no que toca ao facto delas só se preocuparem com a distribuição em alta. De acordo com a senhora deputada, essa distribuição é a que menos interessa aos municípios, porque os municípios continuam é a ter problemas quando fazem a distribuição em baixa e não tem havido nenhuma empresa que tenha querido arriscar nesse ponto de vista. A senhora deputada considerou que todos ficarão a ganhar com o facto da empresa Águas do Ribatejo poder vir a preocupar-se com a distribuição em baixa. A senhora deputada disse estranhar muito algumas considerações efectuadas na sessão, uma vez que as populações da Lezíria vão ficar excepcionalmente bem servidas se for possível vir a fazer a constituição da empresa, também em termos do abastecimento de água.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que a questão das águas suscitava ao PSD muitas dúvidas e muitas questões. Uma delas foi saber se se podia ou não constituir a empresa sem a aprovação do Fundo de Coesão das águas. O projecto foi aprovado na parte do saneamento e não na parte das águas e, na opinião do senhor deputado, em certo aspecto isto configura uma alteração ao concurso. Havendo uma alteração ao concurso, questionou se o concurso poderia ou não ser anulado, se o privado teria ou não

direito a ser ressarcido e, no caso de haver custos, se quem iria pagar a factura seriam os municípios que compõem a CULT. O senhor deputado quis entretanto deixar claro, e reforçando as palavras do senhor deputado Hélder Pombo, que o PSD considera que há responsabilidade política clara da parte do senhor Presidente e Vice-Presidentes, no que toca a este processo, uma vez que não souberam conduzir e supervisionar o andamento do projecto como deveriam tê-lo feito. De acordo com o senhor deputado, isso possivelmente trará algumas consequências graves para os municípios da CULT. O senhor deputado disse que o PSD considerava que a culpa não morria solteira e que o senhor Presidente e Vice-Presidentes da Junta da CULT deveriam assumir as suas responsabilidades políticas pela má gestão do projecto. Adiantou que para o PSD “cabeças rolarem” significa que algo aconteceu de mal. O projecto foi reprovado e essa é que é a verdade. Os objectivos que tinham sido traçados não eram o objectivo do saneamento. A CULT pode argumentar se o copo está meio cheio ou meio vazio, mas não pode argumentar que o objectivo era o copo estar cheio e ele estar de facto a meio. O copo efectivamente está só meio cheio ou meio vazio. De acordo com o senhor deputado, a CULT não cumpriu com os objectivos para os quais se tinha proposto. No que diz respeito ao futuro, em relação ao modelo accionista que está definido – 49% para os privados e 51% para as câmaras – o PSD considera que este modelo é para manter, é intocável e estará contra qualquer alteração a este modelo. Caso haja a hipótese remota de que o privado compense financeiramente a perda desta verba para seguir adiante e, se isto implicasse aumentos das tarifas das águas, o PSD também será contra. Aliás, o senhor deputado afirmou que há opiniões dentro do PSD que não apontam para aumentos de 1%, mas sim para um aumento muito superior a isso. O senhor deputado quis também saber se vai haver empresa das Águas do Ribatejo, na versão Águas do Ribatejo – Saneamento e se as Águas do Ribatejo – Águas ficariam completamente de fora. Quis saber ainda se vai haver um novo projecto e se tem que se lançar um novo concurso. Isto porque, tanto quanto era do entendimento do senhor

deputado, para se ter Alta e Baixa, as operações teriam que ser novamente ratificadas nas Assembleias Municipais, no que toca aos moldes que estavam inicialmente definidos. Continuando a sua intervenção, o senhor deputado afirmou que, na perspectiva do PSD, certamente houve intervenções do senhor Administrador Executivo neste processo e portanto, se houve intervenções dele, é relevante para as Águas do Ribatejo e para todos os outros pontos da ordem de trabalhos daqui para o futuro se ele está ou não legalmente nomeado e se os actos dele são ou não todos anuláveis. Isso também terá consequências para a CULT. Foi por esse motivo que o assunto tocado pelo grupo do PSD. De acordo com o senhor deputado, a senhora Presidente da Assembleia da CULT julgou mal o facto de não se poder levantar essa questão, porque, segundo o PSD, ela está relacionada. Se o senhor Administrador Executivo praticou determinados actos para as águas, então isso também é relevante para o tema em apreço na actual sessão.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, que reiterou as palavras proferidas no início da sessão. Lembrou que decorre do acto de gestão do Administrador Executivo todos e quaisquer procedimentos da CULT e frisou que o ponto único desta Assembleia era o processo Águas do Ribatejo. Lembrou também que a convocatória para a presente Assembleia foi feita cerca de três semanas antes e que se tivesse havido qualquer questão ou mesmo contacto directo da parte do grupo parlamentar do PSD teria havido hipótese de haver algum esclarecimento ou de, eventualmente, por proposta do PSD, ter-se-ia procedido a alguma alteração na ordem de trabalhos, mas isso não aconteceu.-----

--- Usou da palavra a senhora **deputada Luísa Pato (PSD)**, que disse ter ouvido com atenção as palavras do senhor Vice-Presidente da Junta da CULT sobre a questão da não aceitação da candidatura do Fundo de Coesão das águas e que as mesmas a deixaram preocupada, isto porque o Cartaxo já é há vários anos parcialmente abastecido pela EPAL. Não havendo conhecimento

disto, a senhora deputada concluiu que seria negligência pura, tanto mais que um dos Vice-Presidentes da Junta da CULT é o Presidente da Câmara do Cartaxo. Se isto não é negligência, deve ser só uma questão de semântica. Por outro lado, sabendo que em 2004 a candidatura ao Fundo de Coesão já estava em overbooking, porque é que a CULT avançou com o concurso público internacional, de que fazia parte o programa de concurso a verba dos 18 milhões de euros a ser considerada uma entrada da CULT? A senhora deputada concluiu dizendo que lhe parecia deselegante da parte do senhor Vice-Presidente da Junta da CULT insinuar objecções por parte das Águas de Portugal na candidatura ao Fundo de Coesão das águas, já que não estava na sala ninguém das Águas de Portugal para se defender. A senhora deputada considerou que as afirmações do senhor Vice-Presidente seriam uma forma arranjar mais lenha para a fogueira.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado José Nunes (PS)**, lembrando que a Assembleia Municipal de Santarém ainda não tinha aprovado a delegação de competências nas Águas do Ribatejo e afirmando que se por acaso a Assembleia não aprovar a delegação de competências, este processo vai ficar com certeza ferido. O senhor deputado terminou a sua intervenção questionando a Junta da CULT sobre se existe alguma alternativa para esta situação ou para a substituição de Santarém nas Águas do Ribatejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Hélder Pombo (PSD)**, começando por mostrar o seu maior respeito e admiração pelo trabalho do senhor Vice-Presidente António José Ganhão em prol de todos os autarcas. No entanto, não concordava com o senhor Vice-Presidente quando dizia que a falta de 18 milhões de euros iria aumentar apenas 1% nas tarifas. O senhor deputado solicitou que lhe mostrassem um estudo sério que demonstrasse isso. De acordo com o senhor deputado, é um erro dividir os 18 milhões de euros por 40 anos, porque o dinheiro é necessário é agora. É agora que vão fazer diferença nas tarifas. Segundo o senhor deputado, se falharem agora os 18 milhões de euros, as tarifas vão ser muito mais altas. Daí que gostava de ver o estudo que

mostre que as tarifas só vão subir 1%.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Francisco Madeira Lopes (CDU)**, lembrando que em Maio de 2006, a questão das Águas do Ribatejo foi já abordada nesta Assembleia pela CDU, tendo manifestado a sua posição de fundo relativamente a este processo. Na presente Assembleia, o senhor deputado voltou a dizer que os valores mais importantes a acautelar em todo este processo é a salvaguarda de um bem público – a água. Prosseguiu dizendo que deve ser salvaguardado um serviço com equidade e justiça social, quer em termos das tarifas quer em termos da acessibilidade desse bem e da prestação de um serviço a todos os cidadãos dos concelhos da CULT, independentemente de uma visão de lucro que possa a ela estar associada. O senhor deputado lembrou que na anterior Assembleia onde a CDU comentou o processo Águas do Ribatejo referiu que são conhecidos os contornos da política nacional, no âmbito da qual este tipo de empresas se têm vindo a constituir por todo o País. De acordo com o senhor deputado, há uma posição clara, não apenas do actual Governo mas já desde meados dos anos 90, de limitar as autarquias no sentido de as forçar a aderir a este tipo de estruturas, no sentido de poderem ter acesso aos fundos comunitários para completar algo que era uma aspiração muito importante do pós 25 de Abril - completar o saneamento básico e fazer chegar o abastecimento de água a todas as casas. Um objectivo que em algumas autarquias tem sido melhor conseguido e noutras com mais atraso, o que implicam opções políticas muito claras. Na opinião do senhor deputado, as opções do Governo foram claramente empurrar os municípios para a constituição deste tipo de estruturas, primeiro multimunicipais e depois intermunicipais, mas que no fim de contas implicavam sempre a entrada de um privado em conjunto com as autarquias. Segundo o senhor deputado, não pareceria negativo alterar a estrutura dos 49% para o privado e 51% para o público, se daí viesse uma maior participação do público. Voltou ainda a referir que lhe parecia que todo este processo tem sido mais discutido nos jornais do que em sede própria, o que revela fragilidades que advêm do facto do capital

público estar pulverizado num conjunto grande de entidades, enquanto que o privado está concentrado numa única entidade, o que poderá levar a complicações que possam dificultar a gestão da empresa Águas do Ribatejo e levar à dificuldade da sua conclusão. Nesse sentido, o senhor deputado referiu que a CDU quer reiterar a necessidade de se agir com toda a cautela, ponderação e transparência nesta matéria. O senhor deputado disse ainda que existe falta de informação prestada pela CULT directamente e que tal se sente nos eleitos não só desta Assembleia, mas também eleitos das Assembleias Municipais ou nas Câmaras Municipais, designadamente as forças políticas que estão em minoria. Muitas têm-se queixado de que não têm acesso à informação devida. O senhor deputado considerou que se poderia melhorar a relação entre o que está a ser desenvolvido em termos da Junta e aquilo que os eleitos esperam para poderem exercer um mais eficaz controlo e acompanhamento de todos os processos. Nesse sentido, o senhor deputado considerou ser fundamental aperfeiçoar esses mecanismos de informação e fazer chegar a informação não apenas às Assembleias da CULT, mas também às Assembleias Municipais e às Câmaras Municipais. Na opinião do senhor deputado, há um interesse maior e uma necessidade de transparência que justificam que se aumente plenamente esses mecanismos de controlo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, começando por afirmar que, relativamente aos mecanismos de informação solicitados pelo senhor deputado Francisco Madeira Lopes, da parte da Junta da CULT tem havido a preocupação de fazer distribuir por todos os Presidentes e também pela senhora Presidente da Assembleia da CULT toda a informação escrita que possa fundamentar as informações veiculadas para as Câmaras associadas. No entanto, adiantou que vai recomendar para que cada um dos Municípios faça a difusão o mais possível dentro dos executivos e das assembleias municipais, para que não haja lacunas. Em relação à informação prestada pelo senhor deputado João Lopes, o senhor Presidente da Junta da CULT considerou que repetiu algumas

questões levantadas pelo senhor deputado Hélder Pombo, tendo sido já respondidas, tendo-se justificado a razão por que não foi aprovado o projecto das águas e porque a candidatura ao Fundo de Coesão tem sido demorada e até agora ainda não consubstanciada. Frisou, entretanto, que da parte da Junta da CULT há toda a confiança de que haverá condições no QREN para que a aprovação do processo das águas seja uma realidade. O senhor Presidente da Junta da CULT lembrou também que o eventual futuro parceiro privado da empresa mostrou que quer continuar a sê-lo nas actuais condições. Portanto, não se põe aqui a condição de vir a exigir ser ressarcido. O senhor Presidente da Junta da CULT considerou que ficou sobejamente justificado o facto de não ter sido aprovada até agora a candidatura das águas, mas frisou que a Junta da CULT está disponível para assumir as responsabilidades de algum aspecto que corra fora dos objectivos. Disse no entanto estar confiante. Quanto ao aumento das tarifas, a senhor Presidente da Junta da CULT fez saber que iriam fazer chegar ao senhor deputado Hélder Pombo os cálculos que pudessem fundamentar a afirmação de que o aumento das tarifas não atingirá os níveis que calculou. Lembrou também o senhor deputado João Lopes que a separação entre saneamento e águas continua a ser o objecto do trabalho da CULT na área da constituição da empresa Águas do Ribatejo e que certeza vai ser dispensado o hífen que referiu. Não está nos objectivos da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão (CDU)**, dizendo que nas suas afirmações não pretendeu fazer juízos de valor sobre qualquer intervenção efectuada na presente sessão. Quis antes manifestar como tem sido o funcionamento da CULT, instituição da qual disse orgulhar-se de pertencer e de ter sido fundador. Prosseguiu dizendo que deve ser desmistificada a falsa ideia que vem sendo propagandeada de que qualquer funcionário da CULT toma decisões que competem aos órgãos de CULT. Tal nunca aconteceu na história da CULT, não está a acontecer, nem a Junta da CULT permitiria que tal acontecesse. O senhor Vice-Presidente explicou que os funcionários, quaisquer que sejam, têm tarefas bem

determinadas de acordo com o seu estatuto e cumprem com as suas obrigações, na generalidade com zelo e competência. Adiantou que nunca na sua vida enquanto autarca permitiu que alguém assumisse as suas responsabilidades. Portanto, avisou que se alguém tiver que pedir contas de negligência ou de incompetência, faça-o a quem é o poder político, neste caso à direcção da CULT. Em resposta ao senhor deputado João Lopes, que considerou que a Junta da CULT tem responsabilidade política por não supervisionar o andamento do projecto, sobretudo na parte das águas, o senhor Vice-Presidente afirmou que tal não corresponde à verdade. A Junta da CULT acompanhou o processo das águas, tal como acompanhou o processo do saneamento, que veio a ser aprovado pelo Fundo de Coesão. Foram os órgãos da CULT que aprovaram ambos os projectos e que os submeteram à aprovação superior. No entanto, tiveram tratamentos diferentes do ponto de vista da sua aprovação. Um mereceu aprovação; relativamente ao outro, foi solicitado à CULT que fosse reformulado. Explicou ainda que tal é normal acontecer. Seguidamente, quem decidiu mandar reformular o projecto foram os órgãos da CULT. Portanto, aquilo que o senhor deputado considerou serem atrasos, o senhor Vice-Presidente disse não o serem. Só o seriam se a CULT tivesse perdido tempo ou se de alguma forma fosse possível o impossível, ou seja, conseguir aprovar o processo antes de outros projectos que estavam já em análise e em overbooking. O senhor Ministro Luís Nobre Guedes explicou à CULT que o processo constava de uma listagem onde estavam outros projectos e que a perspectiva era de que não teria aprovação por Bruxelas antes do futuro Quadro Comunitário de Apoio. Portanto, não há da parte da CULT qualquer desleixo ou negligência. O senhor Vice-Presidente frisou ainda que quando a CULT construiu o modelo das Águas do Ribatejo fê-lo com a consciência de que estaria a conseguir dar uma pedrada no charco. Isto é, conseguir uma tarifa em alta e baixa para os municípios mais baixa do que a tarifa que era proposta apenas em alta pelas Águas de Portugal. O senhor Vice-Presidente considerou estar demonstrado que a CULT trabalhou com base em pareceres jurídicos

fundamentados. De resto, a providência cautelar que alguns auguravam já que pudesse ser o fim das Águas do Ribatejo, afinal demonstrou-se que poderia vir a ser o início das Águas do Ribatejo. Em resposta à senhora deputada Luísa Pato, o senhor Vice-Presidente explicou que referiu, em anterior intervenção, um modelo que serve para a aprovação do Fundo de Coesão, tendo citado como exemplo as possibilidades de ligação do Cartaxo e de Santarém, mas poderia ter dado como exemplo o concelho de Benavente, uma vez é só atravessar o rio Sorraia para ver os furos de captação que servem e abastecem Lisboa. Portanto, o senhor Vice-Presidente falou de um modelo e não de situações particulares. Explicou também que o que disse em intervenção anterior foi que o projecto Águas de Portugal, sem nenhum menosprezo pelo mesmo, estaria seguramente aprovado se a CULT o tivesse adoptado como modelo. Lembrou que qualquer sistema multi-municipal ou qualquer projecto apresentado pela EPAL teve a protecção pública deste ou de outro qualquer Governo. Solicitou então à senhora deputada que procurasse saber a verdade daquilo que o senhor Vice-Presidente estava a dizer e adiantou que a senhora deputada teria o direito de o questionar futuramente se chegasse à conclusão de que o senhor Vice-Presidente não estaria a dizer inteiramente a verdade. Segundo o senhor Vice-Presidente, é lógico que houve um modelo que foi defendido para o País, que mereceu a protecção pública e que tinha a ver com a criação de sistemas multi-municipais, quer para a água, quer para o saneamento, quer para os lixos. Basta consultar os projectos e os processos. Em resposta ao senhor deputado Hélder Pombo, o senhor Vice-Presidente reafirmou o princípio perante a Assembleia da CULT, de que a CULT não queria que as tarifas aumentassem 1%. A CULT quer e acredita que estas tarifas se mantenham e que a sua actualização resulte apenas dos factores que estão previstos no estudo económico e financeiro que serviu de base ao programa de concurso do Caderno de Encargos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, Paulo Caldas (PS)**, frisando que para a Junta da CULT as Águas do Ribatejo

representam investimentos de saneamento e águas, hoje e no futuro, para todos os nove municípios que fazem parte do processo e representam também tarifas o mais sociais possível. Foi sempre esse o objectivo, desde o nascimento do projecto. O senhor Vice-Presidente quis também realçar que felizmente, sob a liderança do senhor Presidente Sousa Gomes, a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, mesmo num dossier complexo e difícil como o das Águas do Ribatejo, aparte das questões partidárias, tem aprovado a 99 ou 100% todas as suas decisões por unanimidade, reconhecendo as diferenças de opinião e reconhecendo os trabalhos diversos. Segundo o senhor Vice-Presidente, esta tem sido uma característica se calhar única no País. Não por unanimismo, mas por unanimidade. De acordo com o senhor Vice-Presidente, isto deve orgulhar a Junta e a Assembleia da CULT e deve ser uma forma de incentivo para continuar a trabalhar.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, dizendo que o senhor deputado José Nunes gostaria de ver respondida a sua questão, relativa ao facto da Assembleia Municipal de Santarém não ter ainda aprovado a delegação de competências para CULT, querendo saber qual será o impacto e qual será a alternativa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que o que tinha percebido na questão que o senhor deputado colocou tinha sido que a delegação de competências para a CULT teria eventualmente prejudicado a integração do município de Santarém no projecto Águas do Ribatejo. Segundo o senhor Presidente, não será correcta a observação posta deste modo. O senhor Presidente explicou que a falta de deliberação da Assembleia Municipal de Santarém tem prejudicado, isso sim, a celebração de contratos e o prosseguimento de alguns concursos que entretanto tinham sido feitos, sendo que a CULT, para poder contractualizar e poder remeter ao tribunal de contas, precisa da delegação de competências do

Executivo e da Assembleia Municipal do município de Santarém. Até agora só chegou à CULT a delegação de competências do Executivo. Esta lacuna deveria ser ultrapassada dentro de muito pouco tempo pela Assembleia Municipal de Santarém.-----

--- Usou da palavra o senhor deputado **Manuel Coelho (CDU)**, começando por lembrar que a presente Assembleia foi convocada no dia 11 de Outubro e o parecer do Tribunal Administrativo de Leiria foi dado no dia 26 de Outubro. Questionou-se sobre quão diferente não seria a discussão que se estava a ter, se realmente não se tivesse conhecimento da deliberação do Tribunal. Seguidamente, pediu esclarecimentos sobre o seguinte: sendo a duração do contrato das Águas do Ribatejo de 40 anos, se vai ser celebrado o contrato para a área do saneamento agora, e se para as águas não se sabe quando irá ser, há uma das vertentes que vai durar mais do que os 40 anos e a outra dura menos? Como é que vai ser feito este ajuste, tendo em conta que não se sabe quando é que o processo das Águas irá ser constituído?-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, respondendo ao senhor deputado Manuel Coelho. Disse entender a intervenção. No entanto, quis frisar que não tinha conhecimento da correspondência que iria ser enviada à Junta da CULT, podendo esta informação ser confirmada pelo Vice-Presidente da Assembleia da CULT, eleito pela CDU. Afirmou ainda não ter qualquer poder nem influência no Tribunal. A senhora Presidente quis deixar claro que a presente Assembleia foi marcada há muito tempo e não havia conhecimento da correspondência que iria chegar.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado João Lopes (PSD)**, começando por dizer que retirava algumas conclusões das intervenções efectuadas. Para o senhor deputado, a CULT falhou os seus objectivos quando não viu aprovada a sua candidatura às Águas. Disse também não estar esclarecido relativamente ao modelo actual, ou seja, se se mantém ou não, se terá alterações e quais serão as alterações que a Junta da CULT estará a pensar fazer. De igual forma,

considerou que a Junta também não soube dizer se vai alterar o projecto das Águas, juntando a Alta e a Baixa, fazendo um novo concurso e eventualmente criando uma nova empresa. Lembrou que se se fizerem alterações nos moldes da empresa, tal vai implicar que tudo volte novamente aos Executivos e às Assembleias Municipais. De acordo com o senhor deputado é também um facto que a Junta tem uma grande confiança no parceiro privado, de tal forma que não está neste momento a ponderar que possa haver algumas consequências jurídicas por eventuais prejuízos, caso a situação não corra bem ao privado. O senhor deputado afirmou que há que ter em consideração que um privado não é propriamente um fundo de solidariedade. Investe dinheiro visando lucros. Tem custos e portanto vai querer que o seu capital seja remunerado. Lembrou ainda que aquilo que agora podem ser os sorrisos e abraços do privado podem vir a tornar-se nas ameaças do mesmo, porque ele é um parceiro, espera uma parceria e espera que a CULT também tenha a capacidade de cumprir a sua parte. Portanto, de todos os factos e argumentos que foram ditos na presente Assembleia, as únicas conclusões que o senhor deputado disse poder tirar era que havia ainda enormes incertezas no que toca ao processo das Águas e que a Junta ou ainda não sabe esclarecer, ou ainda está a analisar. Tirou também a conclusão de que a água vai aumentar para os cidadãos, nem que seja os falados 1%. O senhor deputado disse também depreender que o futuro depende de uma candidatura a novos fundos estruturais de um outro Quadro Comunitário de Apoio, que ninguém garante que venha a ser aprovada, tal como a última não foi. Segundo o senhor deputado, a CULT é um aluno repetente. O senhor deputado terminou a sua intervenção dizendo que todos os comentários efectuados na presente Assembleia não tinham a ver com o facto do PSD não desejar as Águas do Ribatejo. O PSD quer é saber qual o modelo das Águas e quer que as Águas tenham sucesso. O senhor deputado disse esperar que a CULT passe de um aluno repetente a um aluno exemplar.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Carlos Catalão (PS)**, para efectuar um comentário à intervenção do senhor deputado João Lopes. Começou por

afirmar que existe um problema de falta de leitura do projecto global das Águas do Ribatejo e aconselhou o senhor deputado a inteirar-se da filosofia deste projecto inovador. Um projecto que é uma verdadeira pedrada no charco, como tinha sido dito na presente Assembleia. O senhor deputado lembrou que a questão da não aprovação neste momento do projecto das Águas do Ribatejo não vem alterar em nada a essência desse mesmo projecto. Ou seja, haverá um diferimento no tempo da concretização do projecto de águas, mas a essência do mesmo mantém-se rigorosamente igual em filosofia. Tanto assim é que este projecto oferece aos consumidores tarifas em baixa mais baixas do que aquilo que seria oferecido pelo modelo tradicional das Águas de Portugal, em alta. Ou seja, os consumidores da Lezíria ficarão com custos de consumo bastante mais acessíveis do que se este sistema fosse integrado ou projectado ou concessionado a uma empresa como as Águas de Portugal. O senhor deputado terminou dizendo que é isto que está em discussão e que não é possível ficar eternamente com dúvidas, com questões que são fictícias.-----

--- Usou do Direito de Resposta o senhor **deputado João Lopes (PSD)**, dizendo ao senhor deputado Carlos Catalão que no artigo 24º, Nº 6, do Caderno de Encargos, está dito que a CULT terá que financiar o projecto em 18 milhões de Euros, sendo essa a questão de fundo. Portanto, de acordo com o senhor deputado, convinha também que houvesse o estudo do Caderno de Encargos, da parte dos senhores deputados.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Hélder Pombo (PSD)**, lembrando as palavras do senhor deputado Carlos Catalão, que disse que não vão haver alterações, opinião com a qual disse discordar. O senhor deputado adiantou que tudo isto vai alterar 18 milhões de coisinhas. O senhor deputado disse não acreditar que as tarifas aumentem apenas 1%, o que mesmo assim seria grave. Oxalá que tivessem os estudos, porque faltam 18 milhões de euros. Solicitou que ficasse registado que desde 2004 o projecto foi mandado reformular e que ouviu dizer que houve outros sistemas multimunicipais que tiveram problemas e que foram mandados reformular. Eles foram reformulados e os sistemas

ganharam os Fundos. No que toca ao projecto Águas do Ribatejo, foi informado que o mesmo foi mandado reformular, mas bastavam simples procedimentos, simples tarefas, que custavam muito pouco, e que por não ter sido feito esse muito pouco perderam-se 18 milhões de Euros. De acordo com o senhor deputado, se isto não é suficientemente grave para alguém ser chamado à atenção, não sabe então o que é grave.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão (CDU)**, que disse querer deixar claras algumas questões que pareciam ainda restar como dúvidas. Afirmou que o modelo Águas do Ribatejo é um modelo de empresa municipal, com sistema de Alta e Baixa, e que não se confunda que o que tem acesso ao Fundo de Coesão é apenas a Alta, seja de saneamento seja de águas. Toda a Baixa será responsabilidade da futura empresa, que será constituída por 51% de capital público (municípios) e 49% do privado. Quis também deixar claro que o plano de investimentos para as águas e para o saneamento tinha uma programação que constava do estudo económico e financeiro que seguramente todos os presentes conheciam, estudo esse e programação essa que terão que ser alterados. Necessariamente que se a empresa for constituída em 2007, o período de investimento de 8 anos irá até 2015. Que não haja confusões nesse aspecto. Portanto, quando se diz que a empresa a constituir-se vai assumir o pleno, de facto vai assumi-lo. Na reprogramação, o que poderá acontecer é que o acesso às verbas do Fundo de Coesão para as águas só aconteça em 2008, 2009 ou 2010. Mas isso não é impeditivo de que os investimentos se possam realizar. O senhor Vice-Presidente considerou que esta matéria seria clara para todos e que não valia a pena estar a mistificar, uma vez que era do conhecimento de todos que no que toca à calendarização do futuro Quadro Comunitário de Apoio os regulamentos estão aprovados no 3º trimestre de 2006 e que os projectos só podem começar a ser executados a partir dessa altura. O senhor Vice-Presidente disse entender que o senhor deputado Hélder Pombo fizesse um esforço no sentido de responsabilizar a CULT, uma vez que era também esse o papel que lhe

cumpria. No entanto, o senhor Vice-Presidente considerou haver injustiça na leitura que o senhor deputado faz do trabalho da CULT. Fora da ordem de trabalhos, o senhor Vice-Presidente lembrou que foram assinadas as primeiras 38 Cartas Educativas do País, homologadas pela senhora Ministra da Educação, sendo que a maior representação de municípios pertenceu à Lezíria do Tejo, ao trabalho da CULT. Tal é exemplo do esforço, da dedicação, do empenhamento da CULT. De acordo com o senhor Vice-Presidente, às vezes não sabemos valorizar aquilo que muitas vezes fazemos bem, e deveríamos fazê-lo, com orgulho até. O senhor Vice-Presidente disse sentir-se injustiçado por algumas palavras ditas na presente Assembleia, porque sempre sentiu que na CULT procurou trabalhar com muita seriedade e com a preocupação de não trabalhar em função do umbigo de cada um, mas daquilo que é a sub-região e as populações que tem obrigação de servir. Lembrou ainda ao senhor deputado Hélder Pombo que toda a gente tem incertezas, em todos os aspectos da vida, mas que podia estar certo de que a CULT tem todas as certezas no que toca à sua determinação de levar o projecto Águas do Ribatejo e outros projectos por diante, que são importantíssimos para as populações. A propósito dos 18 milhões de coisinhas mencionados pelo senhor deputado Hélder Pombo, o senhor Vice-Presidente referiu que nunca quis dizer que os 18 milhões de Euros não são algo importante. É dinheiro importantíssimo para os projectos que a CULT tem que levar por diante na Alta, no que diz respeito às Águas. O senhor Vice-Presidente prosseguiu dizendo que a questão da não aprovação do projecto é um acto natural. A decisão não pertenceu à CULT, mas sim às estruturas técnicas que servem o Quadro Comunitário de Apoio de Portugal. Seguramente que os técnicos que elaboraram o projecto o fizeram na melhor das intenções e acreditando que ele tinha viabilidade de passar. Por outro lado disse assumir a responsabilidade pelo facto de não ter conseguido aprovar o projecto no tempo pretendido. No entanto, disse considerar que tal não prejudica em nada aquilo que é o projecto Águas do Ribatejo. Um projecto que tem caminho para andar, para percorrer e seguramente que a CULT vai

conseguir esse objectivo. Não se perderam, portanto, 18 milhões de Euros. A CULT vai ganhar 18 milhões de Euros em investimento reprodutivo. Assim tenham os municípios capacidade para fazer a Baixa. Não é aqui que está o grande financiamento. De acordo com o senhor Vice-Presidente, se se pudesse fazer a leitura dos números seria assim: nalguns municípios que têm por exemplo um investimento em Alta de 1 milhão de Euros, terão que arranjar 5 milhões de Euros para fazerem a Baixa. Esse é que é o grande problema do financiamento dos municípios, mas essa é outra questão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, para efectuar uma observação. De acordo com o senhor Presidente, as questões colocadas pelos senhores deputados do PSD não foram perguntas, mas afirmações. Ao contrário do senhor Vice-Presidente, António José Ganhão, o senhor Presidente disse não se sentir nada injustiçado porque também não esperava que a bancada do PSD fizesse justiça à CULT. Disse sentir antes alguma frustração por não ter conseguido fazer-se entender, apesar de se ter feito ouvir. O senhor Presidente lembrou uma parte da intervenção do senhor deputado Hélder Pombo, onde disse “ouviu dizer que”. Segundo o senhor Presidente, infelizmente o senhor deputado não ouviu a Junta da CULT dizer nada desde que entrou na presente Assembleia, porque não mudou em nada o seu pensamento e chegou ao ponto de ter acabado a sua intervenção com algo incoerente, ao dizer que mesmo que a empresa seja constituída, as populações vão pagar tarifário mais alto. O senhor Presidente disse não perceber como é que o senhor deputado chegou a esta conclusão. O senhor Presidente terminou dizendo que não tinha nada mais para esclarecer o PSD, porque já não tinha esperança nenhuma de mudar alguma coisa na cabeça dos senhores deputados do PSD.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Hélder Pombo (PSD)**, para afirmar que quem disse que podia haver um aumento das tarifas foi o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT. O senhor deputado disse que, tal como o senhor Presidente da Junta da CULT não percebe, também ele não percebia que

faltando 18 milhões de Euros a fundo perdido, mesmo que as empresas fossem buscar o dinheiro à banca e paguem juros à banca, como é que isto não vai aumentar de forma dramática as tarifas. O senhor deputado adiantou que ficou com a impressão de ter ouvido o senhor Vice-Presidente comentar que é provável que o projecto tenha tido algumas irregularidades. Mas o que queria frisar era que quem disse que pode haver um aumento das tarifas foi o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando considerar a convivência entre todos os presentes e a oralidade de opiniões muito saudável, mas solicitou que não se faça referência a afirmações que não foram proferidas na presente Assembleia. A senhora Presidente da Assembleia da CULT explicou que o senhor Vice-Presidente da Junta da CULT não falou em irregularidades. Portanto, pediu ao PSD que de forma civilizada e transparente pudesse esclarecer as suas dúvidas, para que a presente Assembleia não se transformasse em algo que ninguém deseja.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Hélder Pombo (PSD)**, para afirmar que não se considera uma pessoa incorrecta. Portanto, se procedeu mal emendava esse procedimento no que toca as afirmações que efectuou relativamente ao senhor Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão. No entanto, reiterou tudo o que disse no que toca às tarifas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que por conhecer o senhor deputado Hélder Pombo e por lhe ter respeito é que pediu ao mesmo e a todos os membros da Assembleia que não cedessem à tentação de levar a presente Assembleia para onde ninguém a quer levar. Solicitou que a mesma acontecesse no total cumprimento dos deveres democráticos e no total esclarecimento das dúvidas de cada um.---

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, António José Ganhão (CDU)**, para explicar que a sua anterior intervenção teve a ver com uma resposta a uma intervenção do senhor deputado Hélder Pombo, em que falou de um provável aumento brutal das tarifas, resultantes da falta de 18

milhões de Euros. O senhor Vice-Presidente explicou que tentou dizer ao senhor deputado que assim não seria, mesmo que tal tivesse que acontecer. Demonstrou-o com um mero exercício matemático, ou seja, com os seis milhões de Euros que a empresa colocou na CULT sobrarão doze milhões de Euros que teriam que ser divididos por 40 anos, o que significaria um aumento nas tarifas de 1%. O senhor Vice-Presidente repetiu que não admitiu o aumento das tarifas. Disse antes que se tal pudesse acontecer, não seria exactamente como o senhor deputado Hélder Pombo tinha dito. Portanto, o senhor Vice-Presidente quis que ficasse claro que defende o tarifário de acordo com aquilo que está estudado e previsto. E as excepções que podem haver são as que estão previstas no próprio estatuto da empresa. Não pode haver aumentos tarifários, sem que haja o preenchimento dos requisitos que estão previstos no estatuto que vai reger a empresa intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Carlos Catalão (PS)**, afirmando que já foram suficientemente claras as explicações dadas pela Junta da CULT. No entanto, para que não restassem dúvidas sobre o assunto em discussão na presente Assembleia e para que a bancada do PSD percebesse do que se estava a falar, o senhor deputado quis efectuar algumas perguntas, sendo elas: sendo certo que há financiamento garantido para o saneamento, qual é neste momento a taxa de cobertura de saneamento da região da Lezíria? Qual é a taxa de cobertura das águas que existe neste momento da Lezíria? O senhor deputado afirmou que a CULT não vai perder os 18 milhões de Euros. A CULT vai é ter que reprogramar investimentos, no reforço e melhoria das águas no seu todo. A reprogramação dos investimentos far-se-á de acordo com os projectos que vão avançar e de acordo com aquilo que serão as aprovações em futuro Quadro Comunitário de Apoio. Portanto, nada se vai perder. No entanto, segundo o senhor deputado, devemos clarificar aquilo que estamos a falar e perceber qual é a importância para esta região do saneamento e das águas, em termos comparativos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, Joaquim de**

Sousa Gomes (PS), para dar os esclarecimentos finais. Em resposta ao senhor deputado Carlos Catalão, explicou que as taxas de cobertura da Lezíria são cerca de 66% no saneamento e acima dos 97% no abastecimento público de águas, visto que no abastecimento só alguns casais isolados não são neste momento servidos pelo abastecimento público. A diferença é evidente, no que toca à importância do saneamento em relação às águas. A CULT não tem frisado essa diferença, mas efectivamente o serviço prestado às populações é bastante mais deficiente no saneamento do que nas águas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, e verificando a não existência de mais intervenções, agradeceu aos senhores deputados e à Junta da CULT, bem como a todos os presentes. Não se verificando a existência de intervenções por parte do público presente, e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia da CULT deu por encerrada a sessão da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Clara Cristina Simões Lopes, _____ que a redigi e subscrevi e pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa.-----

---O PRESIDENTE_____

---O VICE PRESIDENTE_____

---O VICE PRESIDENTE_____